

CONVITE – AJUSTE DIRETO

GESTOR DE CONTRATO DA RECAFE



ESPINHO
CÂMARA MUNICIPAL



ER-0089/2015

ISO 9001

	CONVITE – AJUSTE DIRETO		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

Cláusula 1.^a | Objeto do procedimento

1. O objeto do presente procedimento consiste na aquisição de serviços de para **gestor de contrato da ReCaFE**, em conformidade com o previsto no caderno de encargos e no Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação em vigor).
2. A presente aquisição de serviços encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com o código 71247000-1 - *Supervisão de trabalhos de construção*.
3. O procedimento segue o disposto nos artigos 112.º a 127.º do CCP.

Cláusula 2.^a | Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Município de Espinho, sito na Praça Dr. José de Oliveira Salvador, Apartado 700, 4501-901 Espinho, pessoa coletiva número 501158740, telefone n.º 227335800, fax n.º 227335852 e com o endereço de correio eletrónico contratacao publica@cm-espinho.pt e sítio eletrónico: <http://www.cm-espinho.pt>.
2. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante para todas as comunicações no âmbito do presente procedimento é a acinGov e encontra-se disponível em www.acingov.pt.

Cláusula 3.^a | Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho CP N.º 38/2022, de 17 de maio de 2022, do Senhor Presidente da Câmara, no exercício das competências próprias, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril).

Cláusula 4.^a | Fundamentação da escolha do procedimento

O procedimento para a formação deste contrato de aquisição de serviços é o ajuste direto de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.

Cláusula 5.^a | Preço base

O preço base do presente procedimento é de **39.920,00€ (trinta e nove mil novecentos e vinte euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

Cláusula 6.^a | Órgão competente para prestar esclarecimentos

A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento compete à unidade orgânica com competência para o efeito, a quem foram delegadas competências para a realização de todas as formalidades neste procedimento.

	CONVITE – AJUSTE DIRETO		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

Cláusula 7.ª | **Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais**

- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- No prazo estabelecido no número anterior, o interessado deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
- Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação das propostas.
- O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites.
- Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste último caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetado pelo interessado serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento, sendo o interessado imediatamente notificado desse facto.
- Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 8.ª | **Documentos que constituem a proposta**

- A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao presente convite, do qual faz parte integrante;
 - Certidão permanente ou código de acesso;
 - Garantia de imparcialidade, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo III** ao presente convite;
 - Declaração com indicação do preço contratual, elaborada de acordo com o **anexo IV** ao presente convite;
 - Documentação que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente os definidos no caderno de encargos, incluindo:
 - Metodologia e programa de desenvolvimento dos serviços a prestar;
 - Estrutura da organização e metodologia de relacionamento com a entidade adjudicante e terceiros, nomeadamente fiscalização, empreiteiros, projetistas, fornecedores, entidades públicas;
 - Sistema proposto para a coordenação e controle do plano de segurança, saúde e higiene no trabalho;
 - Relação dos técnicos candidatos a afetar à prestação de serviços, sendo que terão que cumprir os seguintes requisitos:

CONVITE – AJUSTE DIRETO			
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

QT	Elemento da Equipa	Habilitações Mínimas	Afetação	Meses
1	Engenheiro Civil ou Engenheiro Técnico Civil	- Com experiência profissional de no mínimo 15 anos; - Experiência em gestão global de obras, de preferência no mercado de obras públicas, nas suas múltiplas vertentes; (orçamentação, planeamento e controlo de prazos e qualidade - Experiência comprovada em gestão global de uma obra com um valor de adjudicação igual ou superior a 5 000 000,00€; - Coordenação geral de equipas multidisciplinares; - Vocacionado para a liderança, implementação e execução.	100%	8

- v. Deverão ser apresentados pelo menos 5 candidatos, cuja análise de currículo e entrevista, permita à entidade adjudicante a sua posterior seleção, a efetivar-se após a adjudicação;
- vi. Os currículos de todos os elementos indicados nos termos das alíneas anteriores, acompanhados dos respetivos comprovativos;
- vii. Outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57.º do CCP.

2. A elaboração da proposta obedece ao disposto nos artigos 58.º e 62.º do CCP.

3. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 9.ª | **Propostas variantes**

Não é admitida em caso algum a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 10.ª | **Modo e prazo de apresentação da proposta**

1. A proposta deve ser apresentada até às 23:59, do 3.º dia a contar da data do envio do convite e de acordo com o n.º 3 do artigo 470.º do CCP.
2. A proposta e os documentos que a acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número 1, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

	CONVITE – AJUSTE DIRETO		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

Cláusula 11.^a | Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O concorrente é obrigado a manter a sua proposta pelo prazo 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 12.^a | Critério de não adjudicação

1. Por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho que regulamenta a Lei n.º 8/2012, 21 de fevereiro (LCPA), considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer.
2. O procedimento extingue-se se, por motivo superveniente, não for possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas.

Cláusula 13.^a | Documentos de habilitação

1. No prazo de **5 (cinco)** dias úteis após a notificação da decisão de adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos, constantes do artigo 81.º do CCP, abaixo referidos:

- a. Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do **anexo II** ao presente convite, do qual faz parte integrante;
- b. Declaração de não dívida à Segurança Social ou código de acesso;
- c. Declaração de não dívida às Finanças ou código de acesso;
- d. Registo criminal da empresa;
- e. Registo criminal do(s) administrador(s);
- f. Registo de beneficiário efetivo (RCBE), em cumprimento do previsto no artigo 36.º e 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, conjugada com as Portarias n.ºs 233/2018 de 21 de agosto e 200/2019 de 28 de junho;
- g. Documento comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços em causa, nomeadamente CAE 74900 (Outras atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares), bem como declaração da ordem, de todos os técnicos propostos, que comprove as habilitações dos mesmos.

2. O adjudicatário não terá de apresentar os documentos exigidos nas alíneas b), c) d) e e) se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

3. O documento referido na alínea a) do n.º 1 deverá ser assinado pelo(s) representante(s) legal(ais) do adjudicatário com poderes para o vincular, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. Caso se verifique alguma irregularidade nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º, será concedido um prazo de 2 (dois) dias para supressão da(s) irregularidade(s) detetada(s).

Cláusula 14.^a | Caução

Não é exigida a prestação de caução, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

	CONVITE – AJUSTE DIRETO		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

Cláusula 15.ª | **Contrato**

- De acordo com o n.º 1 do artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
- As despesas decorrentes da celebração do contrato, constantes da Tabela de Taxas do Município, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 16.ª | **Publicitação e eficácia do contrato**

De acordo com o n.º 3 do artigo 127.º do CCP, a publicitação da celebração do contrato no portal dos contratos públicos é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

Cláusula 17.ª | **Outras disposições**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o interessado, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 18.ª | **Prevalência**

Nos termos do no artigo 51.º do CCP, as normas relativas às fases de formação e de execução do contrato constantes do referido Código, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 19.ª | **Avaliação de fornecedores**

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica do município de Espinho que visa a melhoria contínua e a satisfação de todas as suas partes interessadas, pelo que o adjudicatário deste procedimento poderá vir a ser avaliado com base nos critérios constantes nos procedimentos do sistema de gestão, implementado de acordo com a norma ISO 9001:2015, entre os quais prazo, qualidade técnica, reclamações e outros que se considerem relevantes para o sistema.

Cláusula 20.ª | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

Espinho, 17 de maio de 2022

O Presidente da Câmara,

CONVITE – AJUSTE DIRETO			
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável, todos do CCP]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal da pessoa coletiva e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a)...
 - b)...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar,

	CONVITE – AJUSTE DIRETO		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

	CONVITE – AJUSTE DIRETO		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal de pessoa coletiva e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

CONVITE – AJUSTE DIRETO			
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

ANEXO III GARANTIA DE IMPARCIALIDADE

(a que se refere a alínea c) do n.º 1 da Cláusula 8.ª do convite)

Em cumprimento do estabelecido no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de janeiro (CPA), na redação atual, conjugado com a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos:

[inserir o nome do representante legal da firma], titular do documento de identificação civil n.º [inserir o n.º do documento de identificação civil], residente [inserir morada completa], com o número de identificação fiscal [inserir n.º de identificação fiscal], na qualidade de representante legal da empresa [inserir o nome da firma], com o número de identificação de pessoa coletiva [inserir o n.º de identificação fiscal], e sede [inserir morada completa], declara, sob compromisso de honra de honra, que:

- O capital da empresa não é detido numa percentagem superior a 10% ou cuja percentagem de capital detida seja superior a 50.000€, por um titular de órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público de âmbito nacional;
- O capital da empresa não é detido numa percentagem superior a 10%, ou cuja, percentagem de capital detida seja superior a 50.000€, por seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou a pessoa com quem viviam em união de facto, os seus ascendentes e descendentes em qualquer grau e os colaterais até ao 2.º grau, bem como aquele que com ele viva em união de facto, do órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público;
- O capital da empresa não é detido direta ou indiretamente, por órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público, ou conjuntamente com os familiares referidos na alínea b), uma participação não inferior a 10% ou cuja percentagem de capital detida seja superior a 50.000€;
- Qualquer alteração ao conteúdo das alíneas supramencionadas será comunicada, por escrito, no prazo de 10 dias, após a ocorrência do facto que originou a respetiva alteração.

[Inserir local, datar e assinar digitalmente]

CONVITE – AJUSTE DIRETO			
	NOME DO PROCEDIMENTO	Gestor de Contrato da ReCaFE	
	NIPG	3683/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Obras Municipais / Proc. 05_2022	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-21 08

ANEXO IV

MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

(a que se refere a alínea d) do n.º 1 da Cláusula 8.ª do convite)

[indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede], com sede em [indicar a morada da sede], pessoa coletiva n.º [indicar número], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [indicar] sob o n.º [indicar], com o capital social de [indicar], obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a prestação de serviços de [indicar a designação da prestação], no prazo de execução de [indicar], em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço contratual de [indicar o valor em numerário e por extenso], nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado. À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

[datar e assinar o documento pelo (s) representante(s) legal(ais) do(s) concorrente(s) com poderes para o(s) vincular, de acordo com o artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.]